

## O IMAGINÁRIO SOCIAL SOBRE O PODER NO FEMININO: A REGÊNCIA DA RAINHA CATARINA DE ÁUSTRIA EM PORTUGAL (1507-1578)

SANTOS, Giovanna Aparecida Schittini dos<sup>1</sup>;  
SANTOS, Dulce Oliveira Amarante dos<sup>2</sup>

**Palavras- Chave:** História, Gênero, Imaginário, Poder.

### 1. INTRODUÇÃO (justificativa e objetivos)

A partir do século XVI algumas mulheres passam a assumir o trono de importantes regiões da Europa devido a impasses em questões sucessórias, como na Inglaterra, França, Espanha e Portugal. Ainda que seu número não tenha sido expressivo, visto que requeria a morte oportuna de todos os homens elegíveis para o poder, é possível perceber a criação de um imaginário social sobre a entronização das mulheres, consideradas inaptas para o poder.

Neste contexto, esta pesquisa pretende discorrer e analisar a regência de D. Catarina de Áustria, princesa espanhola e rainha de Portugal via matrimônio com D. João III, por intermédio de uma fonte escrita em 1557 por Rui Gonçalves, jurista e professor da Universidade de Coimbra, intitulada *Dos privilégios e prerrogativas que o gênero feminino tem por direito comum e ordenações do Reino mais que o gênero masculino*. Nesta obra, dedicada à D. Catarina de Áustria, o autor irá demonstrar a igualdade das mulheres em relação aos homens e em alguns momentos, até mesmo sua superioridade no tocante a determinadas virtudes, compilando ainda as principais leis portuguesas sobre as mesmas.

Com base em tais informações, os objetivos desta pesquisa se constituem em definir a acessibilidade das mulheres ao poder neste período, buscando, por intermédio da análise do imaginário criado, compreender como as mesmas o exerceram quando lhes foi possível, ao oposto do papel secundário geralmente relegado às mulheres. Visto que Rui Gonçalves também utiliza o direito, optamos por analisar ainda a legislação da época referente às mulheres, com o objetivo de problematizar melhor a fonte em questão.

O recorte espaço temporal foi pensado de forma a abranger tanto a vida de D. Catarina de Áustria, como a vida e obra de Rui Gonçalves, quanto os discursos e imaginário sobre as mulheres no século XVI e à frente do poder em particular, tendo sido estabelecido entre 1507 – ano de nascimento de D. Catarina - e 1578, ano de sua morte – devido à idade avançada - e de seu neto, D. Sebastião na batalha de Alcacer Quibir, que deu origem ao Sebastianismo. Este recorte também será utilizado por abranger o novo código de leis de Portugal, as Ordenações Manuelinas, de 1512, utilizadas por Rui Gonçalves ao escrever sobre os direitos das mulheres.

A pesquisa se justifica frente ao vazio em relação às mulheres, encontrado na produção historiográfica existente para a época moderna e contemporânea, ainda que se perceba a abundância de títulos e a diversidade de temas abordados. As razões desta falta de interesse pelo acontecer histórico da mulher estão, sem dúvida, nos lugares e funções que a ela são outorgados. À parte dos centros de

ação política e das grandes decisões, seu posto estava basicamente relacionado à família e à vida privada.

## 2. MATERIAL E MÉTODO

Foi adotado o conceito de representação, de Roger Chartier (1990), compreendido como mais abrangente para o estudo proposto. Segundo este autor, tal conceito permite a “exibição de uma presença”, por intermédio da articulação de três formas de relação com o mundo social, quais sejam, o trabalho de delimitação e classificação das múltiplas configurações intelectuais, as práticas que visam a fazer reconhecer uma identidade, uma maneira de estar no mundo.

Outro conceito utilizado nesta pesquisa é o de poder, com base principalmente em Magalhães (1997), considerado por este último o desempenho de funções que nas sociedades modernas pertencem apenas, por direito, às autoridades públicas – julgar, exigir o serviço militar e lançar taxas ou impostos.

O conceito de imaginário social também é utilizado, sendo considerado central nesta pesquisa. Segundo Baczo (1996), este se constituiria do vasto sistema simbólico que qualquer coletividade produz e através da qual se percebe, divide e elabora os seus próprios objetivos. O exame do imaginário sobre as mulheres no poder terá por base a categoria de análise gênero, cunhada pela historiadora americana Joan Scott (1995), visto que se concebe as distinções fundamentais entre os sexos como construídas social e historicamente, e, portanto, independentes de determinismos biológicos.

A fonte de pesquisa é o livro *Dos privilegios e praerogativas que o genero feminino tem por direito comum e ordenações do Reyno mais que ho gênero masculino* do jurista português Rui Gonçalves. A edição a ser utilizada é uma cópia fac-similada e publicada em 1992, tendo sido apresentada por Elisa Maria Lopes da Costa.

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Alguns resultados podem ser apresentados com base no atual andamento da pesquisa. Entre eles, percebe-se, com base autoras como Wiesner (1993) e King (1994), que os discursos sobre as mulheres entronizadas influenciaram as maneiras de ser das mesmas, a partir das representações sobre o poder feminino.

Não só o caso de D. Catarina, mas o fenômeno das mulheres entronizadas originou uma série de discursos e controvérsias sobre a legitimidade do governo feminino. Do século XVI ao século XVIII há um aceso debate entre homens e mulheres sobre terem as mulheres condições de governar e sobre sua igualdade perante os homens. Tal debate está ligado ao clima de instabilidade sócio-política e de deterioração dos quadros de referências, no momento em que, segundo Magalhães (1997), o modelo eclesial se fende em redes de espiritualidade, em que se organizam socialmente novas práticas de crenças e em que o Estado se apóia no mercantilismo econômico.

Todos esses discursos se inserem na conhecida *Querelle des Femmes*, debate literário criado como consequência da dialética entre os textos a favor e contra a mulher, surgido a partir do século XII, quando as mesmas começam a assumir um papel mais ativo nos espaços tradicionalmente femininos, bem como ao entrar em espaços até então exclusivamente masculinos e se consolidando após o *Roman de la Rose*, de Christine de Pisan escrito no século XIV.

#### 4. CONCLUSÕES

As conclusões aqui apresentadas são de caráter provisório, uma vez que a pesquisa não foi finalizada. Entretanto, é possível arriscar algumas considerações finais. Entre elas, o fato de que, apesar do período em análise ser o da chamada Renascença, com o surgimento de concepções distintas do período medieval, no que se refere às mulheres sua condição continuou a mesma ou até piorou, com novas idéias relacionadas às diferentes questões no tocante às mulheres, como o da legitimidade do governo feminino, sendo apoiadas em argumentos oriundos das ciências naturais, sob a influência de Aristóteles.

No caso específico do poder das mulheres, os críticos encaravam o sexo da mulher, e extensivamente, da monarca como um impedimento ao governo, ou, quando creditavam à mesma certa capacidade de governar, consideravam seu sexo obliterado, ignorando-o completamente, como se a rainha não fosse mulher. No entanto, o governo feminino também possuía seus defensores, como Cornelius Agrippa of Nettesheim, John Aylmer e Rui Gonçalves, entre outros.

Pôde-se perceber que o imaginário criado em torno da figura da mulher governante e de D. Catarina em particular buscava, por um lado, legitimar seu poder e, por outro, controla-lo – o que demonstra, de fato, a existência e efetividade deste. Por outro lado, ainda não foi possível averiguar se a fonte em questão foi produzida por iniciativa de D. Catarina – visto que esta é publicada exatamente no mesmo ano em que sua regência começa – ou se Rui Gonçalves, aproveitando a ocasião da regência, o escreve buscando apoio da regente. Tal conclusão será possível com o acesso à documentação encontrada no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Portugal, acesso este que será efetivado brevemente.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACZO, Bronislaw. “Imaginação social”. In: Enciclopédia Einaudi. Vol 5. Porto: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1996.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa - Rio de Janeiro: Difel-Bertrand, 1990

KING, M. *A mulher no Renascimento*. Lisboa: Editorial Presença, 1994.

MAGALHÃES, Joaquim Romero de (coord.). *No alvorecer da Modernidade*. Lisboa, Estampa, 1997. (História de Portugal, vol. III, dir. José Mattoso).

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. IN: *Educação e Realidade*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Faculdade de Educação, v.20, n.2, jul. /dez.1995.p. 71- 99

WIESNER, M. E. *Women and Gender in Early Modern Europe*. Cambridge, England: Cambridge University Press. 1993.

#### FONTE DE FINANCIAMENTO - CAPES

---

1. Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia - giovanna.schittini@gmail.com

2. Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia - dulce@fchf.ufg.br